

REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

Comarca:

Entrância:

Juiz(a) Diretor(a) do Foro:

Município/Distrito:

Serventia:

Titular/Responsável:

Substituto:

Data da correição: _____

Horário da correição: _____

Auxiliar(es) da fiscalização (informar nome e matrícula):

O Titular/Responsável visualizado no cabeçalho está correto?

() A) Sim

() B) Não

Caso negativo, informe o nome e CPF do atual Titular/Responsável:

O Substituto visualizado no cabeçalho está correto?

() A) Sim

() B) Não

Caso negativo, informe o nome e CPF do atual Substituto:

Situação da Serventia) Esta serventia encontra-se regularmente provida por Titular?

() A) Sim. A serventia está provida.

() B) Não. A serventia está vaga.

ATENÇÃO: No caso de serventia vaga, conferir se ela consta da Lista Geral de Vacância publicada pelo Aviso nº 42/CGJ/2022 e pelo Aviso a ser publicado em janeiro/fevereiro de 2023 . Caso a vacância não conste da Lista Geral, comunicar, imediatamente, à Corregedoria-Geral de Justiça através do SEI, nos termos do artigo 33, § 3º, do Provimento Conjunto nº 93/2020 e Portaria Conjunta nº 696/PR/2017, alterada pela Portaria Conjunta da Presidência nº 868/2019. (SEI).

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

1) A serventia possui o Livro "Visitas e Correições", consoante determinação contida no Provimento nº 45/2015 da Corregedoria Nacional de Justiça c/c artigo 92, inciso I, e 94, do Provimento Conjunto nº 93/2020.

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

2) O Oficial acessa diariamente o Sistema Hermes - Malote Digital do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, bem como utiliza o canal "Fale com o TJMG", considerados como meios de comunicação oficial entre os serviços notariais e de registro e entre estes e os órgãos do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, consoante o disposto nos artigos 147 a 149 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

3) A serventia está localizada em local de fácil acesso ao público, que ofereça segurança para o arquivamento dos livros e documentos, consoante o disposto nos artigos 4º e 75 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

4) O Oficial procede à nomeação ou destituição de substitutos e escreventes por meio de Portaria Interna, nos termos do artigo 22, do Provimento Conjunto nº 93/2020 e encaminha cópia do respectivo ato e das informações sobre a contratação e dispensa de auxiliares ao diretor do foro e à Corregedoria Geral de Justiça até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente, a teor do referido artigo?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

5) São observados fielmente os dias e horários de funcionamento, e são fixados, em local bem visível, na parte externa da serventia, placa, cartaz ou aviso indicando o horário de atendimento ao público, consoante o disposto no artigo 66 do Provimento Conjunto nº 93/2020 ? Em caso de funcionamento em horário diverso ao mencionado, desde que observado o mínimo de 7 horas diárias, há autorização do diretor do foro, por meio de Portaria?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

6) As Tabelas de emolumentos, com os valores vigentes no ano corrente, são afixadas em local visível, de fácil leitura e acesso ao público, conforme § 3º, artigo 6º, da Lei estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

7) A Taxa de Fiscalização Judiciária é recolhida no prazo estabelecido no artigo 2º da Portaria-Conjunta nº 03/2005/TJMG/CGJ/SEF-MG? (para responder a esta questão é necessário gerar relatório, cuja forma de acesso encontra-se no Manual do Sisnor - Direção do Foro, disponível no Sisnor Web)

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

8) A transmissão dos dados relativos aos selos utilizados e aos respectivos atos notariais e de registro praticados é feita diariamente, até, no máximo, as 12 (doze) horas do dia seguinte ao da utilização do selo, conforme disposto no artigo 11 da Portaria Conjunta nº 09/2012/TJMG/CGJ/SEF-MG? (para responder a esta questão é necessário gerar relatório, cuja forma de acesso encontra-se no Manual do Sisnor - Direção do Foro, disponível no Sisnor Web)

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

9) A teor do art. 137 do Provimento Conjunto nº 93/2020, a serventia emite e arquiva recibo circunstanciado, em meio físico ou eletrônico, constando o valor dos emolumentos, da Taxa de Fiscalização Judiciária, do RECOMPE, de eventual ISSQN, de eventuais despesas providas pelo usuário, do total final devido pelo usuário, bem como a quantidade de atos praticados e os respectivos códigos fiscais? Os referidos valores, a quantidade e o número dos códigos dos atos praticados, assim como o número do selo de fiscalização eletrônico de consulta e o respectivo código de segurança são cotados à margem do ato praticado e/ou do documento a ser entregue ao interessado, consoante o disposto no artigo 8º da Lei estadual nº 15.424/2004 c/c artigos 12 e 13 da Portaria-Conjunta nº 03/2005/TJMG/CGJ/SEF-MG c/c artigo 137 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

10) São recolhidos os valores relativos à compensação destinada aos Registradores Civis das Pessoas Naturais - RECOMPE pela prática dos atos sujeitos à gratuidade estipulada em lei, conforme artigo 31 e seguintes da Lei estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

11) Os livros, fichas, papéis e documentos são mantidos em ordem e em bom estado de conservação, em local adequado e seguro? A serventia cumpre as exigências estabelecidas no Provimento CNJ nº 74/2018? (obs. 1: em se tratando de serventia deficitária, especificar se esta cumpre as exigências estabelecidas no citado provimento ou se comunicou a impossibilidade absoluta de cumprimento à Corregedoria Nacional de Justiça; obs. 2: solicitar declaração escrita do responsável pela serventia sobre o cumprimento das exigências estabelecidas no Provimento CNJ nº 74/2018, que deverá ser arquivada pela Direção do Foro).

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

12) A escrituração dos livros satisfaz às exigências legais (termos de abertura e de encerramento, numeração e autenticação de folhas, inutilização de espaços em branco,

ausência de rasuras, emendas, ressalvas, etc.) e os livros de folhas soltas são encadernados logo após a conclusão de seu uso, conforme o disposto no artigo 81 e seguintes do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

13) São mantidas cópias de segurança em microfilme, ou arquivo em mídia digital formado por imagens extraídas por meio de "scanner", ou fotografia, ou arquivo de dados assinado eletronicamente com certificado digital emitido em consonância com as normas do ICP-Brasil, ou qualquer outro método hábil, que deverá abranger os livros obrigatórios previstos em lei, de acordo com a Recomendação nº 09/2013, com as alterações introduzidas pela Recomendação nº 11/2013, ambas do Conselho Nacional de Justiça?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

14) É encaminhada, por meio eletrônico, a Declaração de Apuração e Informação da Taxa de Fiscalização Judiciária - DAP/TFJ, até 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prática dos atos, ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, consoante o disposto no artigo 9º,

caput, da Portaria Conjunta nº 03/2005/TJMG/CGJ/SEF-MG ? (para responder a esta questão é necessário gerar relatório, cuja forma de acesso encontra-se no Manual do Sisnor - Direção do Foro, disponível no Sisnor Web).

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

15) É fiscalizado no âmbito interno da serventia o recolhimento dos impostos incidentes sobre os atos que deve praticar?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

16) A serventia possui o Livro Registro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa e sua escrituração obedece às normas prescritas nos arts. 92 e seguintes do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

17) Em se tratando de serventia vaga, são enviadas à Corregedoria-Geral de Justiça, por meio eletrônico, as informações relativas ao módulo "Receitas-Despesas", nos termos dos arts. 49 e seguintes do Provimento Conjunto nº 93/2020, bem como são arquivados os respectivos recibos? (Caso a serventia esteja provida, marcar opção "Não se aplica")

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

18) Em se tratando de serventia vaga, seu responsável interino procede ao recolhimento de eventual quantia que, em sua renda líquida, exceda ao teto remuneratório de 90,25% do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, até o dia 10 do mês subsequente, mediante GRCTJ - Guia Excedente ao Teto Remuneratório dos Interinos conforme arts. 45 e 48 do Provimento Conjunto nº 93/2020? (Caso a serventia esteja provida ou, mesmo estando vaga, não possuir renda líquida excedente ao teto remuneratório, marcar a opção "Não se aplica").

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

19) O Oficial atualiza semestralmente, diretamente via internet, todos os dados no sistema "Justiça Aberta", até o dia 15 (quinze) dos meses de janeiro e julho (ou até o dia útil subsequente), mantendo atualizadas quaisquer alterações cadastrais, em até 10 (dez) dias após suas ocorrências, conforme disposto nos artigos 145 e 526, inciso XI, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

20) O Oficial possui Livro de Controle de Depósito Prévio, em meio físico ou eletrônico, consoante o disposto no artigo 92, inciso III, e artigo 95, ambos do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

20-A) É mantida em dia a escrituração do livro de depósito prévio, sendo o saldo de depósito prévio informado na DAP/TFJ?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

20-B) O saldo do depósito prévio constante no livro de controle de depósito prévio e informado na DAP está disponível no caixa da serventia ou em conta bancária? (Obs: solicitar comprovação do saldo dos valores)

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

21) É observado o disposto no artigo 138 do Provimento Conjunto nº 93/2020, a fim de que a cobrança pelos atos de arquivamento seja feita apenas em relação aos documentos estritamente necessários à prática dos atos notariais e de registro e cujo arquivamento é expressamente exigido em lei ou ato normativo?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

22) Em caso de responsável interino, é observado o disposto no artigo 2º, §2º, do Provimento CNJ nº 77/2018, que dispõe que a designação de substituto para responder interinamente pelo

expediente não poderá recair sobre cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau do antigo delegatário ou de magistrados do tribunal local? Para serventia regularmente provida, marcar a opção "Não se aplica".

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

23) Os funcionários da serventia são admitidos no regime da legislação trabalhista, conforme disposto no artigo 20 da Lei nº 8935/94, bem como são recolhidas e lançadas no Livro Diário Auxiliar as despesas trabalhistas com prepostos, incluídos FGTS, vale alimentação, vale transporte e quaisquer outros valores que lhes integrem a remuneração, além das contribuições previdenciárias devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS ou ao órgão previdenciário estadual, de acordo com artigo 99, inciso IX, do Provimento Conjunto nº 93/2020??

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

24) O selo de fiscalização eletrônico é impresso/afixado nos documentos expedidos pela serventia conforme modelos constantes do anexo único da Portaria Conjunta nº 09/2012/TJMG /CGJ/ SEF-MG, inclusive com a imagem do QR Code em sua estampa?

A) Sim

B) Não

Observações

25) A teor do Aviso nº 14/CGJ/2020, a serventia mantém atualizada a indicação de oficiais de cumprimento junto à Corregedoria Nacional de Justiça, no Cadastro Nacional de Serventias. (obs: Em se tratando exclusivamente do Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais, marcar a opção "Não se aplica")

A) Sim

B) Não

C) Não se aplica

26) O notário ou registrador comunica à Unidade de Inteligência Financeira - UIF, por intermédio do Sistema de Controle de Atividades Financeiras - Siscoaf, quaisquer operações que, por seus elementos objetivos e subjetivos, possam ser consideradas suspeitas de lavagem de dinheiro ou financiamento do terrorismo, a teor do artigo 6º do Provimento nº 88, de 1º de outubro de 2019, da Corregedoria Nacional de Justiça? (obs: Em se tratando exclusivamente do Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais, marcar a opção "Não se aplica")

- A) Sim
 - B) Não
 - C) Não se aplica
-
-
-

27) O Livro-A Protocolo possui colunas destinadas a todas as anotações a que se refere o artigo 135 da Lei nº 6.015/1973 e em sua escrituração são observados todos os requisitos previstos nos artigos 146 e 152 da Lei nº. 6.015/1973 c/c o artigo 422 do Provimento Conjunto nº 93/ 2020, sendo encerrado diariamente, consoante o disposto no artigo 150, parágrafo único , e no artigo 154 da Lei nº. 6.015/1973, c/c artigo 431, § 1º, do Provimento Conjunto nº 93/2020 ?

- A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"
- B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

28) Em caso de registro integral do título - Livro "B", a serventia se abstém de cobrar pelo registro por extrato, no Livro"C", quando solicitado pelo interessado?

- A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"
- B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

29) É observado o prazo de 05 (cinco) dias corridos para o fornecimento de certidão, consoante o disposto no artigo 19 da Lei nº. 6.015/1973 c/c artigo 436 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

30) Concluídos os lançamentos nos respectivos livros são anotadas no Livro de Protocolo, as referências ao número de ordem sob o qual tiver sido feito o registro ou a averbação, conforme previsto no artigo 135, parágrafo único, c/c o artigo 149, ambos da Lei nº 6.015/1973?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

31) O Livro C - Por resumo ou extrato, possui colunas destinadas a todas as declarações previstas no artigo 137 da Lei nº 6.015/1973 c/c artigo 424 do Provimento Conjunto nº 93/2020 ?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

32) É observado o artigo 415, § 1º, do Provimento Conjunto nº 93/2020, constando a observação "Registro para conservação L. 6.015/1973, artigo 127, VII", nos registros para fins de conservação, ou seja, que não produzem efeitos atribuídos a outros Ofícios de Registro, com orientação ao usuário nesse sentido?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

33) Em caso de resposta negativa ao item anterior, é encaminhada à Receita Federal a "Declaração sobre Operações Imobiliárias - DOI", consoante o disposto no artigo 15 do Decreto-Lei nº 1.510/1976 c/c Instrução Normativa SRF nº 1.112/2010? (Em caso de resposta positiva ao item anterior, marcar opção "Não se aplica")

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

C) Não se aplica

Observações

34) É observada a competência do Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais, abstendo-se a serventia de registrar atos constitutivos de sociedade empresária, nos termos do artigo 1.150 do Código Civil?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

35) O Oficial se abstém de registrar sociedades cooperativas, orientando a parte interessada a proceder regularmente a esse registro na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG, órgão competente para o ato, conforme disposto no Inciso VII do artigo 487 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

36) São lavrados nas colunas das anotações no livro competente, à margem dos respectivos registros, os certificados de notificação ou da entrega de registros, conforme o disposto no artigo 160, § 1º, da Lei nº 6.015/1973?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

37) É mantida rigorosamente atualizada a escrituração do Livro D - Indicador Pessoal (artigo 132, inciso IV, e artigo 138 da Lei nº 6.015/1973), que atualmente poderá ser escriturado em meio eletrônico, por meio de sistema que permita realizar cópias de segurança e confira maior agilidade às buscas, conforme artigo 425, § 1º, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

38) Na escrituração do Livro B, para matrícula das oficinas impressoras, jornais, periódicos, empresas de radiodifusão e agências de notícias, são observados todos os requisitos previstos nos artigos 122, 123 e 126 da Lei nº 6.015/1973?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

39) Para o registro das sociedades, fundações e partidos políticos são observados todos os requisitos previstos no artigo 120 da Lei nº 6.015/1973?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

40) A cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária pelas cartas de notificação é feita de acordo com o item 6, da "Tabela 5" - "Atos do Oficial de Registro de Títulos e Documentos", do Anexo da Lei estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

41) A cobrança dos emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária pelas certidões é feita de acordo com o item 8, da "Tabela 5" - "Atos do Oficial de Registro de Títulos e Documentos", do Anexo da Lei estadual nº 15.424/2004, no Registro de Títulos e Documentos e de acordo com o item 5, da "Tabela 6" - "Atos do Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas", do Anexo da citada Lei, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

42) A cobrança de emolumentos e da Taxa de Fiscalização Judiciária pelos registros de declarações de bens para fins do que dispõe a Constituição Estadual do Estado de Minas Gerais em seu artigo 258 é feita de acordo com o item 5, alínea b, da "Tabela 5" - "Atos do Oficial de Registro de Títulos e Documentos", do Anexo da Lei estadual nº 15.424/2004?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

43) As notificações extrajudiciais são realizadas tão somente no âmbito da Comarca, em obediência ao artigo 438, § 1º, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

44) O Oficial se abstém de registrar penhor rural, industrial e comercial ou mercantil, consoante vedação disposta no artigo 415, § 2º, do Provimento Conjunto nº 93/2020 c/c os artigos 1.438 e 1.448 do Código Civil?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

45) É respeitado o prazo de 05 (cinco) dias para exame dos títulos ou documentos protocolados, consoante o disposto no artigo 435, caput, do Provimento Conjunto nº93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

46) É respeitado o prazo para se efetivar o registro e devolvê-lo ao apresentante, que é no máximo de 15 (quinze) dias após o protocolo do título ou documento, ressalvada a necessidade de notificações, consoante o disposto no artigo 435, parágrafo único, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

47) As notificações são feitas pelo oficial de registro ou por auxiliares por ele indicados, com menção da data e da hora em que foram realizadas, consoante o disposto no artigo 438, caput, do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

48) O Oficial mantém índice de prontuário de todos os registros e arquivamentos, ou digital, a fim de facilitar a busca e a emissão de certidões, consoante o disposto no artigo 486 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

49) Para o registro de ato constitutivo de entidades com fins não econômicos, o Oficial exige a apresentação e o arquivamento dos documentos listados no artigo 489 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

50) Para o registro dos atos constitutivos de fundações privadas e fundações públicas de natureza privada, o Oficial exige que toda a documentação contenha comprovação da

anuência ou aprovação do Ministério Público, consoante determinação contida no artigo 492 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

51) Para a averbação de eleição de diretoria e outros órgãos de associações e demais entidades sem fins econômicos, o Oficial exigiu a apresentação e arquivamento dos documentos listados no artigo 494 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

52) Para a averbação de alteração de estatuto e de aprovação ou alteração de regimento interno de associações e demais entidades sem fins econômicos, o Oficial exigiu os documentos listados no artigo 495 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

53) Para averbação de alterações relativas a fundações privadas e fundações públicas de natureza privada, o Oficial exige que toda a documentação contenha comprovação da anuência ou aprovação do Ministério Público, consoante determinação contida no artigo 497 do Provimento Conjunto nº 93/2020?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

54) Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da correição ordinária geral realizada no ano anterior?

A) Sim. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

B) Não. Listar exemplos encontrados no campo "Observações"

Observações

Listar as medidas saneadoras adotadas

OBSERVAÇÕES E RECOMENDAÇÕES FINAIS:

1) Aqui devem ser mencionadas outras observações e/ou recomendações que não se encaixem nos itens específicos.

2) Caso o campo "Observações", em cada item, seja insuficiente, deverá ser utilizada outra folha.

4) Fica estabelecido o prazo de _____ dias para cumprimento das recomendações constantes deste Relatório, devendo o Auxiliar de Fiscalização adotar as providências a seu cargo e informar a respeito ao MM. Juiz de Direito, até o término do prazo determinado.